

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 3.119, DE 2023

(Apensados: PL nº 1.019/2024, PL nº 721/2024, PL nº 3.166/2024 e PL nº 3.555/2024)

Dispõe a regulamentação de recursos e a Construção do Centro de Autismo no Brasil.

Autor: Deputada FERNANDA PESSOA

Relatora: Deputada CLARISSA TÉRCIO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.119, de 2023, de autoria da Deputada Federal Fernanda Pessoa, “Dispõe a regulamentação de recursos e a Construção do Centro de Autismo no Brasil.”.

O projeto busca dispor sobre a regulamentação do Serviço de Valores a Receber (SRV), instituído pelo Banco Central do Brasil (BCB). Nesse contexto, a proposição prevê que o valor não resgatado por seu titular será “incorporado ao Tesouro Nacional” e “obrigatoriamente destinado para Construção do Centro de Autismo nos Municípios acima de 200.000 (duzentos mil) habitantes do Brasil”.

Da leitura do texto de justificção, é possível extrair dois objetivos buscados com a presente proposição. O primeiro deles é “fortalecer a política de regulação sobre os valores a receber, uma vez que os valores ficam esquecidos pela população, e diante de ausência de interesse das pessoas tem o objetivo de que as pessoas possam buscar os valores”. E o segundo é “atender uma demanda urgente nos Municípios do Brasil que é de fortalecer a política da pessoa com autismo, uma vez que os centros do autismo irão auxiliar na criação e desenvolvimento social do cidadão com autismo”.



Na forma do despacho da Presidência da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3.119, de 2023, foi distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), Comissão de Saúde (CSAUDE), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), à qual incumbe apreciar a matéria nos termos do art. 54, do Regimento Interno desta Casa. Consoante o que dispõe o art. 24, inciso II, também do Regimento Interno, a proposição sujeita-se à apreciação conclusiva pelas Comissões e tem, conforme o art. 151, inciso II, do mesmo diploma legal, tramitação ordinária.

Após sua distribuição, foram apensados ao PL ora em exame as seguintes proposições:

- **Projeto de Lei nº 721, de 2024**, que “dispõe sobre a destinação dos valores disponibilizados para resgate de pessoa física ou jurídica informados pelo Sistema de Informações de Valores a Receber (SRV) do Banco Central do Brasil (BCB)”;
- **Projeto de Lei nº 1.019, de 2024**, que “dispõe sobre o pagamento dos valores disponíveis no Sistema de Valores a Receber – SRV ao detentor dos créditos e da outras providencia”;
- **Projeto de Lei nº 3.166, de 2024**, que “dispões a transferência compulsória, via PIX, de valores esquecidos para conta de seus titulares pelo Banco Central do Brasil, e da outras providencias”; e
- **Projeto de Lei nº 3.555, de 2024**, que “dispõe sobre a devolução automática de valores esquecidos em instituições bancarias e financeiras, via PIX, com chave de CPF.”.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência tem como missão institucional a análise e o aprimoramento de proposições voltadas aos direitos destes brasileiros, conforme previsto no art. 32, XXIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei nº 3.119, de 2023, insere-se diretamente nesse escopo ao propor a regulamentação de recursos e a Construção do Centro de Autismo no Brasil.

Considerando a relevância social da proposição, que visa à criação e implantação de Centros de Autismo no Brasil, reconhece-se o mérito do Projeto de Lei nº 3.119, de 2023, de autoria da deputada Fernanda Pessoa, por abordar uma política pública de grande alcance e impacto positivo para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

Entretanto, identificam-se oportunidades de aprimoramento redacional e conceitual do texto original, de modo a adequá-lo às boas práticas legislativas e às normas constitucionais e legais vigentes, especialmente no tocante ao direito de propriedade, à gestão de recursos públicos e à transparência na destinação de valores.

Nesse sentido, propõe-se Substitutivo, preservando o objetivo central da proposição original, qual seja “a criação e implantação de Centros de Autismo no Brasil” e introduz aperfeiçoamentos técnicos voltados à segurança jurídica e à voluntariedade do cidadão.

Em especial, o novo texto estabelece que a destinação de valores não resgatados no Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central não será automática, mas sim facultativa, mediante manifestação expressa do titular, que poderá optar por direcionar integral ou parcialmente tais valores a um Fundo específico vinculado à área da saúde, destinado à construção, manutenção e funcionamento do Centro de Autismo no Brasil.

Tais ajustes asseguram o respeito integral ao direito de propriedade e de herança dos titulares, em consonância com os princípios constitucionais



da legalidade, da dignidade da pessoa humana e da proteção à família, bem como reforçam a transparência e a participação social na formulação de políticas públicas inclusivas.

Diante do exposto, **voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.119 de 2023, PL 1.019, de 2024, PL 3.166, de 2024 e PL 3.555, de 2024 e pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 721, de 2024**, na forma do Substitutivo a seguir apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada CLARISSA TÉRCIO
Relatora



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.119, DE 2023

(Apensados: PL nº 1.019/2024, PL nº 721/2024, PL nº 3.166/2024 e PL nº 3.555/2024)

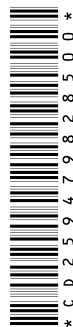
Dispõe sobre a criação e implantação do Centro de Autismo no Brasil e faculta ao cidadão a destinação voluntária de valores não resgatados no Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central para o Fundo Nacional de Apoio ao Centro de Autismo no Brasil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Autismo no Brasil, com a finalidade de promover o diagnóstico, tratamento, acompanhamento e inclusão social de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como de oferecer suporte e orientação a suas famílias.

Art. 2º O Poder Executivo Federal regulamentará a criação, implantação e funcionamento dos Centros de que trata esta Lei, observados os princípios da regionalização, da universalidade e da integralidade do atendimento.

Art. 3º Fica facultado ao cidadão titular de valores identificados no Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central do Brasil o direito de destinar, de forma voluntária e expressa, total ou parcialmente, o montante disponível a um Fundo específico vinculado ao Ministério da Saúde, denominado Fundo Nacional de Apoio ao Centro de Autismo no Brasil.



§ 1º O Banco Central do Brasil deverá assegurar a devolução integral dos valores ao titular, no ato do resgate, momento em que será facultado ao cidadão optar pela doação total ou parcial do montante ao Fundo de que trata o caput, mediante manifestação expressa e individualizada.

§ 2º A opção de que trata o § 1º deverá ser manifestada por meio eletrônico, no próprio sistema disponibilizado pelo Banco Central, mediante termo de concordância livre e esclarecido.

§ 3º Os valores destinados ao Fundo terão natureza de doação voluntária, não configurando renúncia de direito, e serão aplicados exclusivamente na construção, manutenção e funcionamento dos Centros de Autismo previstos nesta Lei.

§ 4º Em nenhuma hipótese será presumida a vontade do titular, devendo ser garantido o direito ao resgate integral dos valores pelo próprio titular ou por seus herdeiros, conforme a legislação vigente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a forma de gestão, controle e transparência do Fundo de que trata esta Lei, assegurando a prestação de contas pública e anual, com observância aos princípios da transparência, eficiência, moralidade e publicidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada CLARISSA TÉRCIO
Relatora

